

Recife-PE, 19 de fevereiro de 2024.

Aos acionistas da
DELTA SECURITIZADORA S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da DELTA SECURITIZADORA S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. , Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

DELTA SECURITIZADORA S.A.

Diretor Presidente Clovis Lima de Farias

Balanço Patrimonial findos em:
(Valores expressos em reais)

DELTA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ: 38.336.906/0001-54
NIRE: 26300047586 DE 03/09/2020

ATIVO	Nota	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		10.862.514	7.962.718
Caixa e equivalentes de caixa	5	583.311	553
Direitos creditórios a receber	6	10.279.203	7.961.350
Outros valores a receber		-	815
TOTAL DO ATIVO		10.862.514	7.962.718

PASSIVO		2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		10.413	80.843
Empréstimos e financiamentos		-	72.422
Obrigações tributárias		10.413	8.421
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		10.832.100	7.861.874
Outras obrigações		257.127	190.026
Títulos e valores mobiliários	7	10.574.973	7.671.848
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	20.001	20.001
Capital Social		10.000	10.000
Reserva de Lucros		10.001	10.001
(-) Prejuízos acumulados		-	-
TOTAL DO PASSIVO + PL		10.862.514	7.962.718

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, e nos responsabilizamos por todas elas.

As informações foram extraídas das folhas n°s 573 a 576 do livro diário n° 4, registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob n° 249544580 em 28/03/2024.

A sociedade não possui conselho fiscal instalado e tampouco auditoria independente.

CLOVIS LIMA DE FARIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 056.353.634-90
RG: 7180740 SDS/PE

ESDRAS SALES MARTINS
CONTADOR
CPF: 082.560.334-01
RG: 8029676 SDS/PE
CRC: PE 025701

Demonstração do Resultado dos Exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

DELTA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ: 38.336.906/0001-54
NIRE: 26300047586 DE 03/09/2020

	Nota	2023	2022
Receita de securitização		2.512.528	1.944.193
Receita de serviços		107.449	67.177
(-) Custo de captação de recursos		(1.705.379)	(1.035.711)
(-) Deduções da receita		(86.052)	(69.660)
Receita operacional líquida		828.546	905.999
Despesas operacionais			
(-) Despesas gerais e administrativas		(1.432.504)	(1.121.435)
Total das despesas operacionais		(1.432.504)	(1.121.435)
Lucro antes do resultado financeiro	9	(603.958)	(215.436)
Receitas financeiras		821.928	450.166
(-) Despesas financeiras		(129.602)	(115.330)
Resultado financeiro líquido	10	692.326	334.836
Resultado antes das provisões		88.368	119.400
(-) Provisão para imposto de renda		(13.255)	(17.910)
(-) Provisão para contribuição social		(8.011)	(10.746)
Lucro líquido do exercício		67.102	90.744

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, e nos responsabilizamos por todas elas.

As informações foram extraídas das folhas n°s 573 a 576 do livro diário n° 4, registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob n° 249544580 em 28/03/2024.

A sociedade não possui conselho fiscal instalado e tampouco auditoria independente.

CLOVIS LIMA DE FARIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 056.353.634-90
RG: 7180740 SDS/PE

ESDRAS SALES MARTINS
CONTADOR
CPF: 082.560.334-01
RG: 8029676 SDS/PE
CRC: PE 025701

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

DELTA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ: 38.336.906/0001-54
NIRE: 26300047586 DE 03/09/2020

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	2022
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	88.368	119.400
Ajustado por:		
Remuneração de debêntures	3.138.973	1.035.711
	3.227.341	1.155.111
Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios a receber	(2.970.226)	(1.117.220)
Outros valores a receber		(815)
Aumento)/Diminuição das contas passivas		
Obrigações tributárias	(6.206)	(8.421)
Caixa proveniente/(usado) nas operações	(3.429.628)	(6.815.476)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(21.208)	(28.656)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(2.314.493)	(6.844.132)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Ingresso de debêntures	2.970.226	6.772.263
Empréstimos obtidos/pagos	(72.422)	72.422
Integralização do capital social	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	2.897.804	6.844.685
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	583.311	553
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	553	37.167
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	583.311	553

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, e nos responsabilizamos por todas elas.

As informações foram extraídas das folhas n°s 573 a 576 do livro diário n° 4, registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob n° 249544580 em 28/03/2024.

A sociedade não possui conselho fiscal instalado e tampouco auditoria independente.

CLOVIS LIMA DE FARIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 056.353.634-90
RG: 7180740 SDS/PE

ESDRAS SALES MARTINS
CONTADOR
CPF: 082.560.334-01
RG: 8029676 SDS/PE
CRC: PE 025701

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

DELTA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ: 38.336.906/0001-54
NIRE: 26300047586 DE 03/09/2020

	Capital Social subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31/12/2021	10.000	-	5.464	-	15.464
Integralização de capital					
Resultado do exercício				90.744	90.744
Reserva Legal			4.537	(4.537)	-
Distribuição de dividendos				(86.207)	(86.207)
Saldo em 31/12/2022	10.000	-	10.001	-	20.001
Integralização de capital					
Resultado do exercício				67.102	67.102
Reserva Legal					
Distribuição de dividendos				(67.102)	(67.102)
Saldo em 31/12/2023	10.000	-	10.001	-	20.001

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, e nos responsabilizamos por todas elas.

As informações foram extraídas das folhas n°s 573 a 576 do livro diário n° 4, registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob n° 249544580 em 28/03/2024.

A sociedade não possui conselho fiscal instalado e tampouco auditoria independente.

CLOVIS LIMA DE FARIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 056.353.634-90
RG: 7180740 SDS/PE

ESDRAS SALES MARTINS
CONTADOR
CPF: 082.560.334-01
RG: 8029676 SDS/PE
CRC: PE 025701

DELTA SECURITIZADORA S.A.
CNPJ: 38.336.906/0001-54
NIRE: 26300047586 DE 03/09/2020

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1. Contexto Operacional

A DELTA SECURITIZADORA S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 04 de agosto de 2020, tendo por objeto específico a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”) e certificados de recebíveis do agronegócio (“CRA”); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao *“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”* e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

3. Riscos

3.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

3.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

3.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

3.4 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

3.5 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

3.6 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

3.7 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

4. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações

do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será emparte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 5%;

4.4 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos, contas movimento e aplicações de liquidez imediata.

ii. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

iii. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2023 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.5 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.6 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.7 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.8 Tributos a compensar

Uma vez identificados valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a correspondente atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

4.9 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.10 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	01/01/2023 a 31/12/2023
Bancos Conta Movimento	169.797
Aplicações Financeiras	413.514
Total de caixa e equivalentes de caixa	583.311

6 Direitos Creditórios a Receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	01/01/2023 a 31/12/2023
Direitos Creditórios a Receber	10.279.203
Total de Direitos Creditórios a Receber	10.279.203

7 Títulos e Valores mobiliários

A Companhia realizou a 3ª (terceira) emissão privada de debêntures, em 08 de fevereiro de 2023, onde foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), realizada em séries, com as seguintes características:

Séries	Remuneração Face	Pós fixado
1ª	2% a.m.	26,82%
2ª	2,50% a.m.	34,49%
3ª	3% a.m.	42,58%
4ª	3,50% a.m.	51,11%
5ª	0,20% a.m.	2,43%
6ª	5,00% a.m.	79,59%
7ª	21,75% CDI+8%	21,75%
8ª	22,75% CDI+9%	22,75%
9ª	23,75% CDI+10%	23,75%
10ª	25,75% CDI+12%	25,75%
11ª	27,75% CDI+14%	27,75%
12ª	200% do CDI	27,50%
13ª	250% do CDI	34,38%
14ª	300% do CDI	41,25%
15ª	400% do CDI	55,00%

Assim, o seu montante em 31.12.2023, ficou disposto da seguinte forma:

Debêntures	31/12/2023
Debêntures 1º Emissão	4.528.000
Remunerações s/Debentures 1º emissão	2.358.079
Debêntures 2º Emissão	1.497.000
Remunerações s/Debentures 2º emissão	327.781
Debêntures 3º Emissão	1.272.000
Remunerações s/Debentures 3º emissão	283.713
Total de Títulos e Valores Mobiliários	10.266.573

8 Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal com o seu saldo totalmente integralizado.

Lucro do Exercício corrente – No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia obteve um lucro no valor de R\$ 67.101,65 (sessenta e sete mil, cento e um reais e sessenta e cinco centavos) que serão destinados a Dividendos a distribuir.

9 Resultado operacional

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	01/01/2023 a 31/12/2023
Receitas operacionais	2.619.977
Receita de securitização	2.512.528
Receita de Serviços	107.449
(-) Custo de captação de recursos	(1.705.379)

(-) Dedução da Receita	(86.052)
Despesas operacionais	(1.432.504)
(-) Despesas gerais e administrativas	(1.432.504)
Resultado operacional líquido	(603.958)

10. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2023
Receitas Financeiras	821.928
Despesas Financeiras	(129.602)
Resultado financeiro líquido	692.326

11 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a Receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 7): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2023.

Recife - PE, 19 de fevereiro de 2024.

CLÓVIS LIMA DE FARIAS
DIRETOR PRESIDENTE
CPF: 056.353.634-90
RG: 7180740 SDS/PE

ESDRAS SALES MARTINS
CONTADOR
CPF: 082.560.334-01
RG: 8029676 SDS/PE
CRC: PE 025.701